

Leonardo João de Barros

Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa pelo
Centro Universitário Internacional (UNINTER);
Mestrando em Educação com Especialização em Formação de Professores pela
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO) da Espanha.

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa visa investigar, analisar e expor orientações pedagógicas a fim de superar a concepção tradicional de gramática no ensino de língua portuguesa, tendo em vista novas formas de abordagem e reconstruindo a maneira de se trabalhar o conteúdo curricular. Sendo assim, é necessário discutir maneiras para se oportunizar aos alunos o domínio da norma padrão, isto é, de um sistema valorizado tradicionalmente, sem demonstrar uma depreciação de seu grupo social, cultural e regional de origem. Além disso, é preciso comparar e relacionar a visão tradicional do ensino de gramática com a função social da língua/linguagem; perceber as diversas concepções de gramática(s) e língua(gem), remodelando a práxis e construindo metodologias capazes de modificar o ensino tradicional, bem como destacar e enfatizar propostas que estão firmadas em um diálogo transdisciplinar, refletindo ações que irão modificar as práticas docentes. Atualmente, as pesquisas linguísticas revelam que não existe uma homogeneidade da língua portuguesa, ou seja, cada vez mais se percebe que não há uma metodologia a fim de conciliar a norma padrão com as variedades linguísticas, além de uma reflexão crítica sobre a língua(gem). Diante disso, faz-se necessário que se trabalhe explorando métodos e técnicas para se desenvolver, de maneira eficiente, saberes linguísticos nas diversas variedades do idioma ao ser usado, de forma segura e com clareza.

Palavras-chave: gramática; ensino; metodologia; educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho contém um estudo sobre: O Papel da Gramática no Ensino de Língua Portuguesa no Contexto Atual cujo objetivo é superar a concepção tradicional de gramática que ainda está presente no ensino de língua portuguesa, propondo novas formas de abordagem e reconstruindo a maneira de se trabalhar o conteúdo curricular e o fazer pedagógico.

Inicialmente, é preciso estabelecer uma comparação entre a visão tradicional, ensinada na escola, e a função social da língua/linguagem, pois, em termos educacionais, ainda existe a prática tradicional do ensino de

gramática, descontextualizada e desconexa da realidade, sem significado para o discente. Ademais, muitos docentes passam grande parte do tempo ensinando conceitos e regras gramaticais, além de exercícios de memorização do código linguístico, ou seja, professores e alunos acabam focando mais a metalinguagem do que a sua aplicabilidade em situações concretas.

Também, é preciso destacar que ainda há diversas concepções de linguagem e de gramática que marcam presença na contemporaneidade, que se traduzem em práticas que acabam excluindo o falante, em vez de aproximá-lo do seu código linguístico, deixando de ser um sujeito ativo do processo educativo a uma mera “máquina” passiva de informações. Diante desse quadro, é notório que a práxis educativa precisa ser remodelada, construindo metodologias e elaborando estratégias capazes de modificar essa ação centrada apenas no código em si.

Para tanto, é urgente que se supere essa concepção não só de língua/linguagem, mas também de ensino, que passe a ser firmado num diálogo transdisciplinar, refletindo ações que irão modificar as práticas docentes.

É relevante destacar que as reflexões contidas neste artigo estão apoiadas em um diálogo transdisciplinar, que fará com que educadores modifiquem seus parâmetros de ensino, para a formação e construção de novas perspectivas tanto teóricas quanto práticas de língua portuguesa. Frente a isso, conseqüentemente, teremos um ensino mais proveitoso, bem como uma aprendizagem mais prazerosa e que traga mais significado para o aluno, além de que ele possa reconhecer a função social da linguagem e sua importância para o convívio na sociedade letrada nos dias de hoje.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ENSINO DE GRAMÁTICA E O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Analisando-se a prática docente de língua portuguesa no cenário atual brasileiro, ainda se vê que o ensino de gramática deveria ser tratado de modo a apontar um redirecionamento de seu uso em sala de aula, em razão de que o ensino ofereça mais espaço para a reflexão numa ótica funcional e discursiva. Hoje em dia, ainda existe a prática da norma pela norma, em que o discente se sente obrigado a memorizar regras, conceitos, exceções, realizar listas de exercícios sem se tornar algo significativo, ou seja, uma realidade extremamente tradicional e mecânica.

Diante disso, é preciso reforçar que língua e gramática estão em constante sintonia e quem pensa que ambas se constituem a mesma coisa comete um equívoco muito grande, além de reduzir essa crença de igualdade num único componente: o gramatical, o que, na verdade, não é. Também, há a crença de quem domina a gramática domina a língua e vice-versa.

Porém, a gramática sozinha não faz nenhum sentido, pois o ser humano interage com seus semelhantes dentro de seu grupo social, isto é, é

uma atividade interativa. Sendo assim, é preciso que língua e gramática estejam interligadas, concatenadas, a fim de que faça sentido seu domínio e uso, direcionada para a comunicação social. A língua, segundo Antunes (2007, p. 40) é “uma entidade complexa, um conjunto de subsistemas que integram e se interdependem irremediavelmente”.

Conforme se percebe, a língua é composta de dois elementos: o léxico (palavras, vocabulário) e a gramática (regras de construção de palavras e orações) que estão interligados minimamente, mas, por causa de que se é ensinado apenas a variedade formal, padrão da língua, muitos alunos pensam que se fala no Brasil apenas uma língua, trazendo a falsa ideia de que somos homogêneos. Por outro lado, a heterogeneidade linguística se faz presente em vários espaços, situações e lugares diferentes, influenciada por fatores geográficos e também sociais.

Não obstante, devido ao acesso e à efetiva escolarização, as diferenças linguísticas se fazem cada vez mais presentes em sala de aula, ficando muito distante da norma culta ensinada pelos docentes. Diante dessa situação, há de um lado quem defende o uso e o respeito em relação à variação linguística das classes mais humildes e menos favorecidas, pois sua “língua” é considerada válida, tendo em vista que há comunicação. Do outro, há os que defendem que as classes menos favorecidas deveriam aprender, dominar e usar a norma culta, a norma que é privilegiada socialmente, como uma forma de superação das desigualdades sociais que assolam o país.

Assim, que tipo de variedade deve ser ensinada pelo professor de português? Como fica a questão do ensino?

Há uma corrente de pesquisa que denota uma ideia reduzida, isto é, simplista da língua, pois resume apenas ao caráter da comunicação, ignorando as demais variedades e concepções de linguagem. Porém, a linguagem não é usada apenas na comunicação, tendo em vista que ela representa a expressão do pensamento, sendo assim, um ato de interação humana, social e política.

Sob esta ótica, as atividades de ensino devem oferecer aos aprendizes o domínio e o conhecimento de um sistema linguístico valorizado, ou seja, da norma padrão, sem depreciar ou desvalorizar a variante linguística social, regional ou política de origem. Em outras palavras, significa ensinar a norma padrão sem ter preconceito com as variedades linguísticas que o aluno traz ao chegar à escola.

Também, é preciso mostrar ao aluno que ele não é obrigado a usar sempre a norma padrão, pois vai depender do lugar, da situação comunicativa e do momento em que se encontra além do tipo de atividade que realiza. Diante disso, não se pode restringir a língua a apenas sua gramática, principalmente a uma gramática normativa, pois, de acordo com Antunes (2007, p. 41) é “perder de vista sua totalidade e, portanto, falsear a compreensão de suas múltiplas determinações”.

Nesse contexto, o ambiente escolar deve oferecer situações e espaços para incluir “as variantes conviventes em nível de igualdade e de interesse, sem escamotear para os alunos as avaliações sociais para cada

uma delas” (SILVA, 1997, p. 27), ou seja, um ensino em que seja possível uma “assimilação social”, uma “integração social”, sem preconceitos ou desvalorizando a cultura e a linguagem do discente. Outro aspecto imprescindível é que a variedade vista como de prestígio (correta) ou adequada pela sociedade deve ser bem explorada, trabalhada e vivenciada, até porque o conhecimento e o uso dessa outra variedade por parte dos discentes serão extremamente úteis ao estabelecerem relação com a sociedade.

Mediante comparações feitas sobre o ensino tradicional e a pedagogia moderna acerca do ensino de língua portuguesa atualmente, nota-se que o objeto de ensino desta é a linguagem em uso, a qual não pode e não deve ser vista pelo aluno como uma “língua estrangeira” ao relacionar sua variedade comunicativa com a mais formal, normativa.

O professor, ao atuar em sala de aula, deve ter bem claro em mente que a variedade linguística seja social, cultural ou política que o aluno traz não deve ser substituída pela norma padrão/formal, mas que ambas devem coexistir e serem acionadas conforme a necessidade comunicativa deste. Deste modo, o trabalho com a análise linguística, termo usado pelos PCNs para se referir à gramática, ou seja, às regras da língua, não pode ser restringido ao ensino sistemático das regras gramaticais ou do livro didático que as prescrevem ou descrevem.

A fim de se conseguir esse desenvolvimento, consoante as diretrizes, deve-se

[...] criar situações em que os alunos possam operar sobre a própria linguagem, construindo pouco a pouco, no curso dos vários anos de escolaridade, paradigmas próprios da fala de sua comunidade, colocando atenção sobre similaridades, regularidades e diferenças de formas e de usos linguísticos, levantando hipóteses sobre as condições contextuais e estruturais em que se dão. (BRASIL, 1998, p. 28).

Para que isso possa ser atingido, é preciso pensar além das situações e regras gramaticais existentes, analisar e comparar as relações discursivas que giram em torno da língua/linguagem. Consequentemente a essa visão, o modo de planejar, organizar, ponderar e adaptar as demandas existentes em sala de aula não é um novo conceito de ensino de gramática, mas deve ser vista como uma proposta inovadora, capaz de ser posta em prática, que vá além dos ditames defendidos e organizados pela elite para os professores apenas executarem.

É preciso o senso crítico e inovador pelo docente, que possa cada vez mais atender às necessidades e aos anseios da sociedade atual, deixando de lado ações excludentes e práticas tradicionais que obrigam o aluno a apenas memorizar, reproduzir numa avaliação o código, a regra, sem perceber a real função da gramática que é estruturar a linguagem ou a comunicação bem como orientar seu uso adequado pelo falante conforme a

situação apresentada a ele seja pela sociedade, seja pelo professor, pois

o modo de ensinar [...] não reproduz a clássica metodologia de definição, classificação e exercitação, mas corresponde a uma prática que parte da reflexão produzida pelos alunos mediante a utilização de uma terminologia simples e se aproxima, progressivamente, pela mediação do professor, do conhecimento gramatical produzido. Isso implica, muitas vezes, chegar a resultados diferentes daqueles obtidos pela gramática tradicional, cuja descrição, em muitos aspectos, não corresponde aos usos atuais da linguagem, o que coloca a necessidade de busca de apoio em outros materiais e fontes. (BRASIL, 1998, p. 29).

Pôr em prática a análise linguística além de desenvolvê-la, deve estar cada vez mais articulada às ações de linguagem, isto é, aos textos. No âmbito da educação tradicional, além do aluno ser um sujeito passivo, em que o conteúdo era depositado no “cérebro” e que tinha que reproduzir regras, conceitos e fórmulas, a gramática era trabalhada de maneira dissociada tanto da realidade quanto dos textos, ou seja, isoladamente, sem nenhum vínculo com as situações do cotidiano.

No entanto, hoje em dia, prima-se por um ensino em que a gramática esteja relacionada a uma situação discursiva, seja por meio de um texto oral, seja por meio de um texto escrito, apresentado e desenvolvido por meio da adaptação ao seu ambiente de convívio social, por meio dos processos comunicativo e interacional.

A partir daí, cabe ao professor analisar, selecionar e adaptar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, de forma a contemplar os eixos da oralidade e da escrita, inserindo e trabalhando a gramática dentro de cada um desses contextos. É importante, então, que o mediador sempre trabalhe o código gramatical de forma contextualizada, partindo de um texto pesquisado, de um bilhete produzido pelos alunos, de um panfleto, isto é, de uma situação comunicativa, devendo contemplar a estrutura do conteúdo a ser ensinado, as classificações se houver, sempre partindo de um gênero discursivo.

Feito isso, fará com que desperte a atenção dos alunos, o interesse pelo novo e a vontade de aprender, que são elementos fundamentais para que a aprendizagem possa se realizar.

Diante disso,

[...] quando se toma o texto como unidade de ensino, ainda que se considere a dimensão gramatical, não é possível adotar uma categorização preestabelecida. Os textos submetem-se às regularidades linguísticas dos gêneros em que se organizam e às especificidades de suas condições de produção: isto aponta para a necessidade de priorização de alguns conteúdos e não

de outros. Os alunos, por sua vez, ao se relacionarem com este ou aquele texto, sempre o farão segundo suas possibilidades: isto aponta para a necessidade de trabalhar com alguns desses conteúdos e não com todos. (BRASIL, 1998, p. 78-79).

O professor, ao escolher um determinado gênero para se trabalhar em sala de aula, ou para introduzir um determinado conteúdo ou conceito, deve fazer uma análise criteriosa de suas características e elementos, fazendo adaptações ou modificando trechos, a fim de facilitar a introdução do novo saber. A verificação dessas particularidades associadas ao novo conteúdo gramatical fará com que os alunos tenham uma maior facilidade e interesse na compreensão dos conceitos iniciais, que são importantes para a construção e solidificação de uma base para que se possa desenvolver o todo.

Diante disso, a prática de análise linguística deve ser feita com bastante atenção e cuidado pelo educador, pois esta será uma ponte para ligar o que o aluno já sabe (conhecimento prévio) e o que ele ainda necessita aprender (conhecimento científico). Como requisitos iniciais, cabe analisar a tipologia textual, o gênero, a linguagem, o âmbito social, a riqueza de sentidos de palavras e expressões, o nível gramatical e vocabular, etc.

Para Mendonça e Bunzen (2006, p. 208), a prática de análise linguística:

[...] pode-se dizer que [a análise linguística] é parte das práticas de letramento escolar, consistindo numa reflexão explícita e sistemática sobre a constituição e o funcionamento da linguagem nas dimensões sistêmica (ou gramatical), textual, discursiva e também normativa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de habilidades de leitura/escuta, de produção de textos orais e escritos e de análise e sistematização dos fenômenos linguísticos.

No que diz respeito aos conteúdos que englobam a análise linguística, Geraldi (1996, p. 129) faz uma crítica à sistematização dos conteúdos da gramática normativa tendo em vista que

[...] não se dá, na prática de sala de aula, de forma tão sistemática. O simples manuseio de alguns livros didáticos, ou de materiais alternativos produzidos para substituí-los, nos mostra que a sequência em que são trabalhados tais conteúdos gramaticais dificilmente permitirá, ao final de oito anos de estudos, que o aluno tenha um quadro sinóptico de ao menos uma proposta gramatical. O conteúdo é distribuído, nas diferentes séries, de uma forma tão irracional que a uma lição sobre o plural de substantivos compostos pode se seguir uma lição de análise sintática. Qual é, então, a sistematização que se oferece à reflexão prévia do estudante? Tratar-se-

ia de uma sistematização a cada vez local? Por conta de quem ficaria, então, a construção de uma visão geral da teoria gramatical estudada? Por conta do estudante?

Apesar dessa arbitrariedade ainda presente nos currículos de língua portuguesa, cabe ao professor descobrir quais são as reais necessidades de seus alunos, quais os elementos linguísticos que estão em fase de aquisição ou se têm algumas lacunas de aprendizagem. Essa percepção pode ser feita em diferentes momentos como, por exemplo, na fala, nas situações informais, fora da sala de aula, na escrita, na convivência com os outros alunos etc. Diante disso, é preciso que o educador selecione textos com situações desses recursos, a fim de que o aluno possa percebê-los na sua prática comunicativa, vindo a construir situações e relações para o sua compreensão.

Outra situação extremamente importante é adquirir textos os mais próximos possíveis da realidade dos estudantes, não restringindo a contextos estritamente formais, tendo em vista que um dos recursos da prática linguística é vivenciar situações dentro das variedades linguísticas.

Uma situação bem desafiadora para os alunos e que enriquece o trabalho de produção e análise de textos é durante o processo de reescrita. Nesse momento, o discente se defronta com suas próprias incorreções, buscando maneiras de corrigi-las, refletindo não apenas sobre os elementos que compõem o código linguístico ou sobre os assuntos trabalhados, mas também sobre a maneira de pô-los em prática da melhor forma possível.

Conforme os PCNs, o professor pode utilizar alguns métodos para a prática da análise linguística em sala de aula como, por exemplo,

- isolamento, entre os diversos componentes da expressão oral ou escrita, do fato linguístico a ser estudado, tomando como ponto de partida as capacidades já dominadas pelos alunos: o ensino deve centrar-se na tarefa de instrumentalizar o aluno para o domínio cada vez maior da linguagem;
- construção de um corpus que leve em conta a relevância, a simplicidade, bem como a quantidade de dados, para que o aluno possa perceber o que é regular;
- análise de corpus, promovendo o agrupamento dos dados a partir dos critérios construídos para apontar as regularidades observadas;
- organização e registro das conclusões a que os alunos tenham chegado;
- apresentação da metalinguagem, após diversas experiências de manipulação e exploração do aspecto selecionado, o que, além de apresentar a possibilidade de tratamento mais econômico para os fatos da língua, valida socialmente o conhecimento produzido. Para esta passagem, o professor precisa possibilitar ao aluno acesso a diversos textos que abordem os conteúdos estudados;
- exercitação sobre os conteúdos estudados, de modo a

permitir que o aluno se aproprie efetivamente das descobertas realizadas;

- reinvestimento dos diferentes conteúdos exercitados em atividades mais complexas, na prática de escuta e de leitura ou na prática de produção de textos orais e escritos. (BRASIL, 1998, p. 79).

É preciso que fique sempre bem claro para quem vai mediar em sala de aula que o trabalho de análise linguística não representa o domínio de regras, nomenclaturas e classificação de fenômenos, mas sim fazer com que o aluno possa reconhecê-los e pô-los em prática em seus diversos contextos e relações sociais.

Na década de 1960, o gramático e filólogo Celso Cunha questiona acerca da metodologia de ensino adotada por professores de língua portuguesa ao dizer que:

o que está a matar o estudo do idioma em nossas escolas é que todo o ensino se faz na base do certo e do errado, do que é e do que não é vernáculo [...]. Mas para isso só há o remédio já preconizado por Jespersen: “Nada de listas e de regras, repita-se o bom muitas e muitas vezes”. (CUNHA, 1965).

Diante da transcrição acima, nota-se duas correntes de pensamentos: de um lado, há a crítica a uma forma de ensino tradicional, prescritivista, cheia de nomenclaturas; de outro, a valorização de uma metodologia ou didática que privilegia o texto bom, refletindo o bom uso da língua/linguagem.

Diante disso, percebe-se que há duas correntes/visões de ensino que se estabeleceram em Portugal e no Brasil: distinguir o certo do errado na língua; e ensinar o aluno tanto a escrever quanto a falar bem. Essas perspectivas ganharam força no século XIX, passando também pelo século XX, sendo questionada atualmente por linguísticas e gramáticos.

Há, então, dois eixos com relação à concepção de gramática: a que se baseia na divisão do certo e do errado, que nem mesmo o gramático Celso Cunha concorda; e a que abrange a visão de gramática para toda e qualquer língua, que envolve até mesmo as variantes dentro de um mesmo idioma.

Essa primeira visão vem sendo deixada de lado desde a década de 1970. Porém, nas salas de aulas, o ensino da gramática prescritivista permanece viva, ativa, sendo uma “salvação” para o professor poder controlar seus alunos, ameaçando-os com a ideia da reprovação ou frustrando-os cada vez mais com tantas regras e teorias.

Os PCNs descrevem esse comportamento afirmando que:

O ensino de Língua Portuguesa, pelo que se pode observar em suas práticas habituais, tende a tratar essa fala da e sobre a linguagem como se fosse um conteúdo em si, não como um meio para melhorar a qualidade da produção linguística. É o caso, por exemplo, da gramática

que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano — uma prática pedagógica que vai da metalingua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de nomenclatura. (BRASIL, 1997, p. 31).

Como se vê, percebe-se que os PCNs condenam a forma de ensino centrada apenas em regras gramaticais, como foi revelado por Celso Cunha. Exercícios de memorização e de reconhecimento de normas gramaticais fazem com que o aluno vá da metalingua para a língua, resultando assim numa postura normativista.

Segundo os PCNs, deve-se trabalhar a linguagem envolvendo situações comunicativas, privilegiando como ponto principal as discussões metalinguísticas. A partir daí, o estudo e a análise normativa e descritiva da língua devem estar relacionados às situações tanto de interação quanto de comunicação:

[...] as situações didáticas devem [...] centrar-se na [...] na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção linguística. E, a partir daí, introduzir progressivamente os elementos para uma análise de natureza metalinguística. (BRASIL, 1997, p. 31).

Além dessas orientações, há outras concepções de gramática. Dinah Caillou em Gramática, variação e normas (2009) mostra que a gramática pode ser classificada em quatro categorias: a descritiva, a gerativa, a funcional e a normativa. A gramática descritiva visa analisar as unidades da língua e as relações (de adversidade) que estabelecem entre si sem emitir juízo de valor; a gerativa refere-se à capacidade de todo falante em produzir frase/orações e textos, adequando-os ao sistema linguístico do qual faz parte; já a funcional, observa os termos e palavras empregados para que se produza uma comunicação mais eficaz.

Diante disso, nota-se que essas diferentes formas de gramáticas se concentram na análise da estrutura da língua, na produção linguística além da eficácia comunicativa. Como se vê, nenhuma delas se concentra na normatização. Essa característica concerne à última categoria, ou seja, a normativa que, segundo Caillou, (2009, p. 15) “focaliza a língua como um modelo ou padrão ideal de comportamento compulsório em qualquer situação de fala ou escrita”.

Sendo assim, quando a gramática normativa é mal ensinada, faz com que a língua seja reduzida a sua variante formal, culta, fazendo com que as demais variantes ou estilos de gramática sejam desconsiderados como línguas. Consequentemente a isso, é preciso que o profissional da educação seja capaz de ensinar a norma usando metodologias capazes de superar o

viés normativo, redimensionando e ampliando o universo de ensino da língua.

Destarte, se o professor de língua portuguesa não buscar adotar outra estratégia de ensino fazendo uso de novos recursos didáticos, corre-se o risco do aluno concluir o ensino fundamental e médio sem dominar e fazer uso das habilidades e competências básicas das quais ele fará uso em vários momentos de sua vida. É preciso sempre remodelar a práxis pedagógica a fim de que o discente tenha uma aprendizagem realmente significativa. Para Antunes, (2007, p. 53) “não há dúvida de que se deve ensinar gramática normativa nas aulas de língua portuguesa, embora sabe-se perfeitamente que ela em si não ensina ninguém a falar, ler e escrever com precisão”.

Sendo assim, é dever do professor e da escola ensiná-la sempre oferecendo ao aluno condições de aplicá-la no seu dia a dia com o máximo de competência possível, de acordo com o momento ou situação com a qual se deparar. Se durante as aulas for ministrada apenas teoria gramatical, esse objetivo de aproximar e de se entrelaçar o aluno/falante com a norma gramatical jamais se concretizará. O que acontecerá, na verdade, será a discriminação da norma, da aula, do professor, da disciplina e até mesmo da escola, gerando desinteresse pelo estudo da língua, por não haver capacidade de se aprender o que foi exposto. Preponderantemente, ocorrerá preconceito linguístico, reprovações e recriminações.

Durante as aulas, o professor pode trabalhar a gramática de diversas formas as quais serão o ponto de partida para amplas assimilações e compreensões. Exemplo disso seria se trabalhar a gramática dentro das produções textuais; fazer leituras de forma contextualizada, em grupos e coletiva, percebendo suas variações conforme cada cultura, situação vivida e locais diferentes; uso de jogos e dinâmicas para se ajustar e instigar a aprendizagem de novos conceitos.

Convergente a essa posição, o ensino e a aprendizagem seja linguístico, da norma ou da língua ocorre durante todo o período da vida escolar, tendo em vista que o ensino gramatical também se faz presente, numa prática diária na sala de aula. Assim sendo, é preciso que o professor antes de dar início ou sequência a determinando assunto/conteúdo revise ou instigue o discente a se lembrar de preceitos básicos vistos anteriormente com o próprio professor ou nos anos anteriores. Isso fará com que ele tenha mais facilidade e mais vontade para querer aprender. Do contrário, não ficará impedido de assimilar novos conhecimentos.

Por conseguinte, o aluno perceberá que as orientações gramaticais têm suma importância em sua vida, abolindo a trágica ideia de que a gramática só serve para torturar, fazendo-o sofrer, ou até mesmo uma forma de penalização feita pelo professor que a tem como um mecanismo para reprovação daqueles que não têm o interesse de estudar.

Corroborando com isso, segundo Roberta Pires de Oliveira e Sandra Quarazemin,

As aulas de português terão um ganho acentuado quando gramática não for compreendida como um rótulo

que não serve para nada. Gramáticas são análises sofisticadas de um fenômeno muito complexo, as línguas humanas. Um sistema inconsciente que nos constitui enquanto constitui o nosso mundo. Explicar como elas funcionam é entender como somos. Com certeza, poeira estrelar, mas poeira estrelar falante! (2016, p. 173).

Nesse contexto, o aluno compreenderá a importância de se dominar o código linguístico, que irá ajudá-lo a perceber o funcionamento da língua e a ampliar sua fala, escrita, conhecimento, a estrutura do código linguístico que ele usa para se comunicar e se relacionar, além de fazer bom uso da norma padrão.

A fim de se modificar as práticas tradicionais e exclusivistas docentes, é preciso destacar e enfatizar algumas propostas firmadas em um diálogo transdisciplinar. O ensino na área de linguagem no Brasil precisa, cada vez mais, ser reformulado para atender aos anseios e ditames sociais. O professor deve ser capaz de dar um tratamento funcional daquilo que ele ensina ao aluno, ou seja, mostrar para este que a língua deve ser tratada considerando a situação tanto de produção de saberes linguísticos quanto de contextos comunicativos. Neste caso, não se pode limitar os estudos acerca do uso de itens gramaticais.

É necessário que o professor juntamente com a escola busque oferecer ao discente experiências e vivências a fim de que se domine o saber linguístico. Porém, isso tem que ser suficiente para lhe garantir a produção de textos adequados às diversas situações de comunicação existente.

A análise de situações gramaticais deve partir de um texto, em que o aluno perceba e seja capaz de perceber suas funções dentro do campo de sentidos que este apresenta. Paralelamente, os aprendizes compreenderão o valor que a gramática possui, sem perder a noção gramatical vista como sistema: “afinal se a finalidade do ensino é o bom uso da língua, parece evidente que se deva refletir sobre a língua em uso”. (NEVES, 2002, p. 263).

Hoje em dia, é necessário que o ensino da gramática ou de normas gramaticais aconteça em vários níveis, âmbitos e situações diferentes, pois o desenvolvimento linguístico só tem a favorecer para a melhoria da qualidade de vida do aluno. Para isso, há a defesa de uma proposta que “o ensino de gramática e o de produção/compreensão de texto são uma coisa só, já que a gramática só funciona em textos”. (TRAVAGLIA, 2007, p. 11).

Ao se trabalhar a gramática em sala de aula, o professor deve sempre considerar as práticas de leitura, produção e análise textuais, que conforme menciona Travaglia (2010) sobre o que é Análise Linguística, apresenta duas perspectivas:

- a) a primeira é uma análise linguística classificatória e/ou explicativa com foco em uma terminologia linguística ou em regras propostas e explicitadas por uma metalinguagem técnica; b) a segunda é uma análise linguística que enfoca a significação e as funções dos

elementos constitutivos da língua, dos recursos da língua e suas possibilidades de funcionamento textual-discursivo. (TRAVAGLIA, 2010, p. 1).

Como se vê, a segunda opção (b) é a mais indicada a fim de se desenvolver a competência linguística, gramatical ou comunicativa do aluno. Para tanto, pode-se fazer uso dos gêneros textuais, pois favorecerá a compreensão do funcionamento seja de poemas, charges, crônicas etc., mediante a reflexão dos elementos linguísticos e discursivos que o constituem. Para Mendonça (2007, p. 74), esse trabalho permite a “análise sistemática e consciente sobre o que há de especial em cada gênero na sua relação com as práticas sociais de que fazem parte”.

Ao propor o ensino com os gêneros textuais, além de enriquecer e favorecer a aprendizagem dos aspectos gramaticais – importantes para a compreensão do funcionamento da estrutura da língua -, permite com que o aluno compreenda a sua funcionalidade nas mais diversas esferas de comunicação, de produção e análise de texto, de construção de discursos com os quais ele se defrontará. Seja se relacionando com as pessoas na sociedade, seja interagindo com a própria língua.

Diante do exposto, o professor é o principal agente que ao mesmo tempo em que favorece a aprendizagem dos alunos de aspectos gramaticais, também fomenta com que este compreenda o “organismo vivo” que é a língua. Assim, o ensino de gramática terá um caráter facilitador para que o falante conheça, compreenda e ponha em uso sua principal ferramenta de diálogo e comunicação: a língua.

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho, foram utilizados uma estratégia qualitativa de pesquisa e um referencial bibliográfico com abordagens de diferentes autores renomados. Assim, pretendeu-se investigar, analisar e expor orientações pedagógicas para que se supere a concepção tradicional de gramática no ensino de língua portuguesa, tendo em vista novas formas de abordagem e de reconstrução da maneira de se trabalhar o conteúdo programático. Foram discutidas maneiras de se oportunizar aos alunos o domínio da norma padrão sem demonstrar uma depreciação de seu grupo social, cultural e regional de origem. Ademais, foi preciso comparar e relacionar a visão tradicional do ensino de gramática com a função social da língua/linguagem, percebendo-se as diversas concepções, remodelando a práxis e construindo metodologias capazes de modificar o ensino tradicional. Por fim, foram destacadas e enfatizadas propostas que estão firmadas em um diálogo transdisciplinar, refletindo ações que transformarão o fazer docente.

RESULTADOS

O presente trabalho teve como objetivo fazer uma reflexão acerca do ensino tradicional da língua portuguesa enfatizando o aspecto gramatical. Também, procurou-se fazer abordagens com metodologias funcionais de que o docente dispõe, superando a visão mecânica da língua(gem) e estimulando uma participação mais ativa do estudante. Ademais, é preciso que as abordagens metodológicas procurem mostrar o papel social, cultural e regional da língua(gem), gerando mais autonomia e aplicabilidade dos recursos linguísticos e gramaticais.

Tendo acesso ao conteúdo deste trabalho bem como sua aquisição, leitores, formandos, usuários e professores terão potencial para modificar práticas e ações pedagógicas passivas, ultrapassadas e distantes da realidade escolar, favorecendo um ensino de possibilidades para uma verdadeira aprendizagem, de forma significativa e cooperativa. Um estudo coletivo aplicado às situações reais da vida cotidiana trará resultados positivos, despertando mais interesse e prazer em conhecer e pôr em prática os recursos linguísticos, semióticos e gramaticais da língua portuguesa.

CONCLUSÃO

Neste artigo, foram apresentados resultados qualitativos sobre O Papel da Gramática no Ensino de Língua Portuguesa no Contexto Atual, revelando que é imprescindível a superação da concepção tradicional de gramática que ainda permeia o ensino de língua portuguesa.

A intenção foi oferecer novas formas de abordagem e de reconstrução das diversas metodologias de se trabalhar a norma gramatical em conformidade com a língua, seja no processo de uso e interação linguística, seja na comunicação. A reflexão/sugestão revelada foi feita a fim de se solucionar o problema, através de conceitos, de teóricos, pesquisadores e estudiosos da educação enfatizando que suas propostas são de grande valia para novas práticas de ensino de gramática.

No contexto atual, as ações realizadas não podem ser apenas de cunho diagnóstico, mas, principalmente, de ações mediadoras para que o docente repense sua prática em sala de aula, utilizando estudos e discussões com um viés de reconstrução. Além disso, o educador também precisa ter conhecimento teórico acerca da gramática normativa e, sobretudo, um suporte metodológico para fundamentar sua prática pedagógica.

Levando em consideração que as necessidades dos discentes serão cada vez mais perceptíveis, cabe ao professor desenvolver um trabalho diferenciado frente ao aluno, considerando, como ponto de partida para o ensino de gramática, o texto. Com essa nova postura de caráter didático-pedagógico, acarretará novas situações reais de escrita, reescrita, oralidade, funcionalidade e adequação da norma à situação exposta.

No intuito de se desenvolver uma nova postura frente ao ensino de língua portuguesa, especialmente o aspecto gramatical, deve-se observar

que o ponto inicial será o texto e/ou os gêneros textuais trabalhados ou apresentados aos educandos; segundo, um ensino feito de forma sistêmica, contribuído para a formação integral do aluno e dos usos linguísticos de forma plena; terceiro, é preciso buscar estratégias diversificadas para as práticas em sala de aula; por último, promover um acompanhamento diferenciado ou extraclasse para o trabalho com o texto, sua produção e reescrita, considerando que este é o ponto inicial e final para se contemplar a essência do trabalho com a língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Maria Irandé Costa Moraes. **Muito além da gramática**: por um ensino sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

CAILLOU, D. Gramática, variação e norma. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2009, p.13-30.

CUNHA, C. Língua, civilização e cultura (1965). **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2017. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/celso-ferreira-da-cunha/textos-escolhidos>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

MENDONÇA, M. **Análise linguística: refletindo sobre o que há de especial nos gêneros**. In: CARMÍ, Ferraz Santos; Mendonça, Márcia; CAVALCANTI, Marianne C. B. (Orgs.) **Diversidade textual: os gêneros nas salas de aula**. 1 ed. 1 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 136p.

MENDONÇA, M.; BUNZEN, C. Sobre o ensino de língua materna no Ensino Médio e a formação de professores. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). **Português no Ensino Médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NEVES, M. H. M. **A gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, R. P.; QUAREZEMIM, S. **Gramáticas na escola**. Petrópolis: Vozes, 2016 (Coleção Linguística).

SILVA, R. V. **Contradições no ensino de português**: a língua que se fala x a língua que se aprende. São Paulo: Contexto, 1997.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática**: ensino plural. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Que análise linguística operacionalizar no ensino de língua portuguesa?** In: TAGLIANI, Dulce; SILVA, Elaine Nogueira da; OLIONI, Raymundo da Costa; FEIJÓ, Rodrigo Nunes (Orgs.). Anais do II Seminário Nacional sobre Linguística e Ensino de Língua Portuguesa no séc. XXI: Desafios e Possibilidades. Rio Grande: FURG, 2010.